	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS PARECER ÚNICO	Data: 02/10/2009 Folha: 1/30
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------


PARECER ÚNICO Nº 081/2009 – SUPRAM NM
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 04234/2007/001/2007
Tipo de processo: Licenciamento Ambiental (<input checked="" type="checkbox"/>) Auto de Infração (<input type="checkbox"/>)

1. IDENTIFICAÇÃO

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A	CNPJ / CPF: 00.626.982/0001-21
Empreendimento (Nome Fantasia): Fazenda Serra Azul	
Município: Jaíba	
Atividade predominante: Cana-de-açúcar	
Código da DN e Parâmetro: G-01-07-4	
Porte do Empreendimento: Pequeno (<input type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Grande (X)	Potencial Poluidor: Pequeno (<input type="checkbox"/>) Médio (X) Grande (<input type="checkbox"/>)
Classe do Empreendimento: 1 (<input type="checkbox"/>) 2 (<input type="checkbox"/>) 3 (<input type="checkbox"/>) 4 (<input type="checkbox"/>) 5 (X) 6 (<input type="checkbox"/>)	
Fase Atual do Empreendimento: LP (<input type="checkbox"/>) LI (<input type="checkbox"/>) LIC (X) LO (<input type="checkbox"/>) LOC (<input type="checkbox"/>) Revalidação (<input type="checkbox"/>) Ampliação (<input type="checkbox"/>)	
Localizado em UC (Unidades de Conservação)? (<input type="checkbox"/>) Não (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim – Reserva Biológica Serra Azul	
Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco	
Sub Bacia: Rio Verde Grande	





	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS PARECER ÚNICO	Data: 02/10/2009 Folha: 2/30
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------

2. HISTÓRICO

Inspeção/Vistoria/fiscalização <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	Relatório de Inspeção/Vistoria*/Fiscalização** Nº: SUPRAM NM 089/2007* SUPRAM NM 116/2008* SUPRAM NM 012/2008** SUPRAM NM 019/2009* SUPRAM NM 085/2009*	Data: 30/11/2007 13/08/2008 10/09/2008 13/03/2009 22/09/2009
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

3. INTRODUÇÃO

O presente parecer discorre sobre a análise do pedido de Licença de Instalação Corretiva (LIC) requerida pela AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S/A. que teve como objeto o licenciamento ambiental, a concessão da autorização para exploração florestal – APEF e averbação/relocação de reserva legal. O empreendimento foi classificado como classe 5, de acordo com a DN 74/04 e tem como atividade pleiteada para licenciamento: a cultura da cana de açúcar (G-01-07-4), a produção de carvão vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso (G-03-04-3) e canais de irrigação (G-05-04-3) no local denominado Fazenda Serra Azul, zona rural do Município de Jaíba – MG.

A propriedade apresenta uma área total de 4.183,02 hectares, sendo composta por 03 matrículas diferentes, com áreas contínuas, formando um bloco único, sendo: Fazenda Santa Clara – matrícula 7.793 – livro 2 com área total de 546,210 hectares; Fazenda Serra Azul – matrícula 6.749 – livro 2 com área total de 2.647,785 hectares e Fazenda Morro Solto – matrícula 10.527 – livro 2 – com área total de 989,325 hectares, que comumente são chamadas apenas de Fazenda Serra Azul, de propriedade da Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A. Toda a infra-estrutura, construções, maquinários, equipamentos, trabalhadores, escritórios, ficam locados numa única área da Fazenda Serra Azul e serve de apoio para as demais fazendas na região do grupo SADA - Bio-energia, comodataria da Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A.

O acesso a propriedade se dá pela rodovia MG-401, partindo do município de Jaíba sentido Matias Cardoso, por 15 km até o trevo de acesso ao Distrito de Mocaminho, deste trevo segue-se por mais 14 km até o acesso a esquerda da Fazenda Serra Azul.

O empreendimento objeto deste licenciamento encontra-se em fase de instalação, ocupando uma área de efetivo plantio com aproximadamente 287 hectares de cana-de-açúcar com 03 pivôs em operação, representando 6,8 % da área total da propriedade que é de 4.183,02 hectares.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature]

O projeto completo prevê um canavial com 18 pivôs de irrigação:

PIVÔ CENTRAL	ÁREA DO PIVÔ CENTRAL
6001	112,18
6002	120,40
6003	119,51
6004	107,51
6005	81,58
6006	105,24
6007	42,93
6008	105,66
6009	123,61
6010	120,14
6011	120,13
6012	124,29
6014	123,54
6015	121,31
6016	123,17
6017	121,65
6018	122,26
6019	124,21
ÁREA TOTAL	2.019,32

Desta forma o projeto agrícola com implantação da cana-de-açúcar da Fazenda Serra Azul totaliza 2.019,32 hectares, representando 48 % da ocupação total.

Fazenda Serra Azul do contexto do Projeto Jaíba Etapa II

A Fazenda Serra Azul (Gleba K), pertencia ao Grupo Ometto, o qual tinha o propósito de instalar uma usina produtora de açúcar a partir de cana-de-açúcar mediante o aproveitamento dos recursos hídricos para irrigação. Em seu projeto original, dos 34.000 hectares de sua propriedade, 28.000 hectares seriam irrigados visando à produção de 4 milhões de sacas de açúcar por safra ou cerca de 500.000 m³ de álcool. O projeto não foi materializado em virtude principalmente da desaceleração do PROALCOOL e da normalização dos estoques de gasolina no final da década de 1980. Em 1992, cerca de 30.000 hectares, total desta propriedade foram revendidos ao Governo do Estado de

Assinaturas manuscritas

Minas Gerais para implantação da Etapa II do Projeto Jaíba.

O governo mineiro garantiu ao grupo Ometto, oferta de água dentro dos mesmos critérios de dotações de volume e custos estabelecidos para o Projeto Jaíba Etapa II, desde que o investimento de adução junto ao Canal Principal CP-3 para a rede parcelar de canais sejam realizados pelo Grupo Ometto e para eventuais sucessores do Grupo que disponham a realizar investimentos produtivos dentro do perímetro do Projeto Jaíba II.

Dessa forma, a Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A., após adquirir as fazendas do Grupo Ometto, decidiu iniciar o projeto agrícola com plantio da cana-de-açúcar para produção de álcool na Usina São Judas Tadeu, localizada na Etapa II do Projeto Jaíba.

A Fazenda Serra Azul foi inserida na área declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de seu uso sustentável, pelo DECRETO DE 21 DE SETEMBRO DE 2009.

3.1. Descrição do histórico

A AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S/A. formalizou o processo de Regularização Ambiental em **11/09/2007**, com o objeto de licenciamento ambiental, concessão da autorização para exploração florestal e averbação/relocação de reserva legal. Os estudos e projetos foram desenvolvidos pela Paraná Minas Planejamento e Perícias Técnicas Ltda.

No dia **07/11/2007** foi substituído o Relatório de Controle Ambiental – RCA e o Plano de Controle Ambiental – PCA a pedido da Paraná Minas Planejamento e Perícias Técnicas Ltda., com justificativa de que houve confusão na impressão, o que gerou entrega equivocada de documentos ao órgão ambiental.

Em **30/11/2007** foi realizada vistoria no empreendimento (Relatório de Vistoria 089/2007) onde foram constatadas *in loco* situações informadas no Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), bem como conferência do inventário florestal apresentado. Durante a vistoria foi verificado omissão de áreas com rendimento lenhoso. Várias áreas de floresta nativa não foram inventariadas e estavam caracterizadas na planta topográfica como área de pastagem. Foram conferidas algumas parcelas amostrais da área inventariada, cujos dados obtidos foram diferentes em relação aos apresentados à SUPRAM NM.

Foi constatado ainda: - a construção de um canal de irrigação dentro da propriedade, o qual será utilizado para abastecimento hídrico dos pivôs; - no setor de oficina a manutenção de máquinas e implementos agrícolas e veículos, a inexistência de canaletas ligadas a um sistema de separação de água e óleo – SAO; - no setor de lavagem de veículos e máquinas agrícolas constatamos uma caixa SAO, onde não é realizada a manutenção, comprometendo a eficiência, esta área não possui canaletas laterais ligadas a SAO; - piso da área de lavagem em condições precárias; - resíduos sólidos

Ass
Ass
Ass

contaminados com óleo dispostos em uma vala a céu aberto; - resíduos sólidos domésticos originários das sedes são queimados em uma vala próximo às mesmas; os efluentes líquidos sanitários originados no empreendimento são encaminhados para fossas negras; - constatamos próxima a área de oficina a existência de um posto de abastecimento aéreo de combustível, que está em desacordo com as normas regulamentares da DN 108/2007; - constatamos que os defensivos agrícolas não são armazenados em local específico, sendo armazenados no almoxarifado, juntamente com os demais produtos; - verificamos a inexistência de local adequado para armazenamento das embalagens vazias de defensivos agrícolas; - foi constatado também o armazenamento inadequado de defensivos agrícolas em outro ponto da fazenda, num alojamento desativado.

07/12/2007 – Enviado ofício SUPRAM NM nº 845/2007 ao empreendedor (recebido no dia 10/12/2007) solicitando informações complementares, com um prazo de 120 dias para apresentação das mesmas. Foi solicitado novo plano de utilização pretendida conforme anexo II da portaria 191/2005 do IEF para compor o processo de APEF da área a ser suprimida, uma vez que a área solicitada anteriormente não é passível de deferimento conforme a legislação em vigor. Foi solicitado ainda, relatório sobre fauna e flora na área de abrangência do empreendimento, alternativa técnica para implantação da cultura da cana de açúcar no empreendimento de modo a não suprimir espécies consideradas imunes de corte e projeto de SAAC – Sistema de Abastecimento Aéreo de Combustível, incluindo a instalação do tanque aéreo, a caixa separadora de água e óleo, as canaletas ao redor da área de lavagem interligando ao SAO.

01/04/2008 – Foram protocoladas junto à SUPRAM NM, parte das informações complementares solicitadas com novo inventário florestal. O restante dos documentos foram entregues no dia 28/05/2008.

13/08/2008 – Foi realizada a 2ª vistoria no empreendimento. (Relatório de Vistoria 116/2008), com o objetivo de análise e conferência do novo inventário florestal apresentado. Novamente foram encontrados erros no inventário florestal elaborado pela Paraná Minas Planejamento e Perícias Técnicas Ltda.: - A área inventariada requerida para supressão equivalente a 1.700 hectares com uma total de 340 parcelas amostrais informadas no plano de utilização pretendida; - Na planta topográfica apresentada não estão representadas todas as 340 parcelas amostrais, dificultando assim a análise, localização e conferência das mesmas; - Verificamos que as 123 parcelas amostrais plotadas na planta topográfica apresentam distribuição tendenciosa, comprometendo assim a qualidade dos dados do inventário, pois estas parcelas amostrais se concentram à beira de estradas e agrupadas em áreas não representativas do total da área a ser desmatada; - Observamos que a planta topográfica que caracteriza o uso e ocupação do solo apresentada, está com incorreções, pois, áreas de pastagens e áreas de regeneração estão caracterizadas igualmente, não sendo coerente com a realidade de campo observada.

Foram analisadas/conferidas 14 parcelas amostrais, tornando desnecessária a conferência

Ass: [assinatura]
[assinatura]

das demais. Das parcelas conferidas: 02 parcelas não encontradas em campo, 02 parcelas não conferidas por ter ocorrido a supressão de parte da vegetação; 03 parcelas não representativas do local; em 01 parcela apresentada com rendimento 0,0 constatamos a existência de 171 indivíduos com diâmetros significativos; 02 parcelas apresentavam número de indivíduos bastante superior do que foi inventariado e 04 parcelas conferiram com a planilha de campo apresentada.

Constatamos que parte da área inventariada ocorreu a interferência através da supressão da vegetação da vegetação para demarcação das circunferências e raios dos pivôs a serem instalados.

Foi verificado ainda que a tipologia da vegetação do empreendimento é característica de floresta estacional decidual (mata seca) em diversos níveis de regeneração natural.

10/09/2008 – Realização de fiscalização (auto de fiscalização 012/2008) para mensurar a área desmatada sem autorização do órgão ambiental. A área desmatada sem autorização equivale a 72,95 hectares, sendo desta, 7,188 hectares em área de reserva legal averbada.

26/11/2008 – Foi apresentado novo Inventário Florestal e Plano de Utilização Pretendida, elaborados pela BioFlorestal Consultoria Ltda.

13/03/2009 – Foi realizada a 3ª vistoria no empreendimento (Relatório de Vistoria 019/2009) para conferência do novo inventário apresentado. O inventário florestal foi considerado satisfatório.

Durante a vistoria foram definidas aleatoriamente 20 parcelas amostrais e subparcelas, correspondentes a 10 % do total de parcelas inventariadas. As parcelas amostrais conferidas foram: 172, 144, 93, 105, 101, 104, 84, 65, 07, 13, 54, 73, 64, 121, 63, 88, 191, 189, 28 e 44. Houve relativa dificuldade para localização das parcelas amostrais em campo, pelo fato das mesmas terem sido tomadas pelo mato, em decorrência do período chuvoso que favoreceu a sua emergência e disseminação.

30/03/2009 – Devido à publicação do Decreto Federal 6.660 de 21 de novembro de 2008, foi solicitada anuência do IBAMA (ofício SUPRAM NM nº 227/2009), já que a área requerida para desmate é caracterizada como floresta estacional decidual em vários níveis de regeneração natural, com presença de fase primária e fase secundária nos estágios inicial a avançado de regeneração. Foi solicitado ainda anuência do Órgão Gestor da Reserva Biológica Serra Azul e comprovação da inserção do empreendimento na Etapa II do Projeto Jaíba.

21/07/2009 – Foi solicitado pelo representante legal do empreendimento, prorrogação de prazo por mais 60 dias para apresentação das informações solicitadas.

22/09/2009 – Foi realizada a 4ª vistoria no empreendimento (Relatório de Vistoria

085/2009) com o objetivo de verificar e classificar o porte da vegetação existente na propriedade.

Foram percorridas as circunferências e os raios da área dos pivôs já suprimidos anteriormente bem como várias estradas internas existentes na propriedade para a visualização da vegetação. Foi verificado que na propriedade, a maior parte da vegetação pleiteada para desmate é caracterizada como floresta estacional decidual em fase secundária no estágio inicial de regeneração natural. Foi verificada floresta caracterizada como fase secundária em estágio médio a avançado de regeneração natural numa porção da parte sul da propriedade e de algumas remanescentes menores nas demais áreas da propriedade.

4. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de solicitação de Licença de Instalação Corretiva, requerida pela AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S/A, que desenvolve as atividades de cultura da cana de açúcar, produção de carvão vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso e canais de irrigação no local denominado Fazenda Serra Azul, zona rural do Município de Jaíba – MG.

A tipologia florestal da área requerida para supressão pode ser caracterizada como Floresta Estacional Decidual (Mata Seca) em vários estágios de regeneração natural, com presença de fase primária e fase secundária nos estágios inicial a avançado de regeneração, conforme classificação dada pela resolução CONAMA Nº 392 de 25 de junho de 2007, além da análise do Inventário Florestal Qualitativo/Quantitativo apresentado e da verificação "in locu" quando da realização da vistoria.

Foi verificado que na propriedade, a maior parte da vegetação pleiteada para desmate é caracterizada como floresta estacional decidual em fase secundária no estágio inicial de regeneração natural. O ecossistema supracitado está incluído nas tipologias florestais do Bioma Mata Atlântica e assim é regulamentado pela Lei nº 11.428/06 e Decreto nº 6.660/08.

A Lei 11.428/06 determina casos excepcionais em que, em função do interesse nacional, algumas obras de infra-estrutura, desde que reconhecidas por ato declaratório do poder público federal ou estadual, possam fundamentar atos autorizativos de supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio primário e secundário, médio e avançado de regeneração.

A lei define as intervenções consideradas de utilidade pública, nos seguintes termos:

a) atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

[Handwritten signatures]

b) as obras essenciais de infra-estrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados;


Contudo, Lei Federal 6.662, de 25 de junho de 1979 que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação considera como seu postulado básico a "preeminência da função social e da utilidade pública do uso da água e dos solos irrigáveis". Dado que a Lei de 6.662/79 é norma federal que dispõe de modo geral sobre a política de irrigação, considerando-a, para todos os fins, como de utilidade pública, é possível concluir que, além das obras elencadas na Lei 11.428/2006, também as obras essenciais de irrigação devem ser consideradas entre aquelas que podem permitir a supressão excepcional de remanescentes de Mata Atlântica, uma vez que seja editado ato declaratório, caso a caso, mediante a anuência do órgão federal competente nos termos da Lei nº 11.428/06, quando se tratar de vegetação em estágio primário, secundário médio e avançado.

É neste contexto que o Governo do Estado editou o Decreto específico, s/n que Declara de utilidade pública e de interesse social, para fins de seu uso sustentável, as obras, infra-estruturas e atividades integrantes do Projeto de Irrigação do Jaíba, em suas Etapas I a IV em face da Lei Federal 11.428/2006, com fundamento na Lei 6.662/79.

Destarte, tendo em vista a competência estadual para concessão de supressão de vegetação em área de estágio sucessional secundário inicial de regeneração, sem necessidade de anuência do órgão federal competente nos termos do art. 19 do Decreto nº 6.660/08. Somos favoráveis à concessão de autorização para a supressão das áreas da propriedade caracterizadas pela tipologia Floresta Estacional Decidual (Mata Seca) em estágio sucessional **secundário inicial de regeneração** nos termos deste Parecer Único.

O processo encontra-se instruído corretamente, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos para a atividade em comento pela legislação ambiental em vigor juntamente com as condicionantes ora estabelecidas.

Após as análises técnica e jurídica restou demonstrado a viabilidade ambiental do empreendimento, tendo em vista as medidas mitigadoras propostas. Sugerimos o deferimento do pedido de Licença de Instalação corretiva à AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S/A, que desenvolve as atividades de cultura da cana de açúcar, produção de carvão vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso e canais de irrigação no local denominado Fazenda Serra Azul, zona rural do Município de Jaíba – MG pelo prazo de validade de 02 anos.

bb
Apex


5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

LIMPEZA DAS ÁREAS E PRODUÇÃO DE CARVÃO

O passo inicial é a limpeza da área onde será instalada a cultura. Primeiro é feito a derrubada da mata com o trator de esteira com lamina acoplada, depois homens entram nas áreas e fazem a catação do material lenhoso com rendimento para produção de carvão, o restante do material e folhas, galhos finos ficam no solo.

Na seqüência, com um trator de esteira com um ancinho acoplado é feito o enleiramento – leira – dos restos vegetais. Dependendo da época do ano, esse material fica descansando no solo por 7 a 8 dias para secar, e depois é queimado. Após a queima, o trator de esteira com a lamina espalha o material sobre o solo novamente.

Neste momento a área encontra-se preparada para o preparo de solo antecedente ao plantio da cana de açúcar.

Paralelo ao preparo do solo ocorre a produção de carvão, que no caso da Fazenda Serra Azul será efetuado por terceiros, através de contrato de arrendamento. Após a derrubada das árvores, a lenha considerada como aproveitável a produção de carvão e também enleirada em praças, ou seja, locais próximos de onde se pretende construir os fornos para a carbonização.

CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR

Preparo de solo

O preparo do solo consiste, basicamente, nas operações de revolvimento do solo e distribuição e incorporação do calcário. Após a limpeza de área, como foi descrito anteriormente, é feita a aplicação do calcário em área total. A finalidade da calagem é corrigir a acidez do solo, e os níveis de cálcio e magnésio. A dosagem é obtida com base nos resultados da análise química do solo. Para essa operação é utilizado trator de pneu com distribuidor de calcário.

A próxima operação é a subsolagem, que visa eliminar a compactação dos solos provocada pela motomecanização na área e descobrir eventuais tocos e raízes remanescentes. É realizada através de subsolador, tracionado por trator de pneu.

A última operação do preparo de solo é o nivelamento do solo, com finalidade de incorporar os corretivos, nivelar e corrigir depressões do terreno para posteriormente dar início às atividades de plantio.

Assinatura
[Assinatura]

Plantio

Com o solo preparado, duas atividades são executadas de forma simultânea: o sulcamento do solo e a instalação dos pivôs de irrigação.

Sulcação com adubação mineral - A sulcação é executada em conjunto com a adubação acompanhando o nível do terreno, através da utilização do implemento sulcador-adubador com duas ou três linhas. O plantio é realizado pelo sistema "banqueta", constituído de 10 ou 09 sulcos, sendo que no meio destes, dois ou três sulcos não são abertos, pois serão usados no tráfego de caminhões para distribuição de mudas. Após a distribuição duas ou três linhas serão sulcadas. O espaçamento deixado entre os sulcos é de 1,5 metros. Juntamente a esta operação é feita a adubação com NPK. A instalação dos pivôs antecede a prática de distribuição das mudas, para que imediatamente após o plantio, ou ainda antes, seja feita a irrigação, para garantir a germinação das gemas apicais.

Aplicação da torta de filtro - A aplicação da torta de filtro será realizada com tratores tracionando carretas, dotadas de esteiras distribuidoras, que dispõem a torta diretamente em dois ou três sulcos de plantio.

Retirada de mudas dos viveiros - As mudas são retiradas dos viveiros mediante corte manual, com a utilização de facões (denominados "podões").

Transporte das mudas - A cana é carregada com guincho e transportada para as áreas de plantio por caminhões canavieiros.

Distribuição das mudas - As mudas são distribuídas manualmente para 10 ou 09 sulcos, de modo a garantir um número médio de 12 a 16 gemas por metro linear. Após a distribuição das canas nos sulcos, segue uma equipe que as secciona em toletes.

Fechamento do sulco - Consiste na cobertura das mudas de cana com 7 a 9 cm de terra.


Caso seja detectada previamente a necessidade de controle de cupins, *Migdolus fryanus*, e/ou nematóides, aproveita-se a operação para aplicação de inseticidas e/ou nematicidas. O implemento utilizado para tapar os sulcos é o cobridor de duas ou três linhas com discos, acoplado a um trator (de pneus). O acabamento pode ser realizado manualmente com enxada.

Para o plantio de um hectare é consumido 15 toneladas de muda, sendo que a densidade de plantio fica em torno de 16 a 18 gemas por metro linear de sulco.

Após concluída esta operação manual, e feita a aplicação de um Cupinicida – Regent, e sem seguida e feita a cobertura dos sulcos com um implemento chamado cobridor acoplado ao trator de pneus. E na seqüência é feita a primeira irrigação.

O manejo da primeira irrigação é feito até a saturação completa do solo, depois todos os

Assinatura
[Assinatura]

	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS PARECER ÚNICO	Data: 02/10/2009 Folha: 11/30
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------

dias é aplicada uma pequena lamina até a germinação, de forma a não encrostar o solo.

Após a emergência da cana-de-açúcar é feito o controle do sistema de irrigação. Todo o sistema é controlado por painéis, estes ligados a uma central. Um equipamento capta informações em tempo real de temperaturas, umidade relativa do ar, evapotranspiração diária, velocidade do vento, lamina aplicada no dia, e o mesmo gera planilhas e gráficos informando qual a lamina de água a ser aplicada no próximo dia. Esse controle é individual para cada pivô instalado na fazenda.

Tratos culturais

Os tratos culturais são realizados em função da fase em que se encontram os canaviais, e podem ser divididas em:

- Tratos Culturais na Cana Planta: realizados a partir do término do plantio até o primeiro corte do canavial. Consistem no controle de plantas daninhas (químico e/ou mecânico), cultivo do solo, fertirrigação e controle de pragas.

- Tratos Culturais na Cana Soca: realizados a partir do primeiro corte do canavial. Consistem no enleiramento da palha, cultivo do solo, fertirrigação, calagem das soqueiras, controle de plantas daninhas (químico e/ou mecânico) e controle de pragas.

Fertirrigação com vinhaça (cana planta e soca)

A vinhaça, resíduo líquido oriundo da fabricação de álcool, é rico em matéria-orgânica e nutrientes e, conseqüentemente, a sua disposição racional na lavoura de cana (fertirrigação) visa a recomposição parcial dos nutrientes extraídos do solo pela planta (fósforo e potássio).

A aplicação é efetuada de duas formas, ou por aspersão, através de autopropelidos acionados por moto-bombas onde a vinhaça será aplicada pura, e através dos pivôs centrais de irrigação, onde a vinhaça será dissolvida na proporção de 3 a 4 %. A vinhaça gerada na indústria será destinada a um reservatório que se encontra nas proximidades do canal de irrigação próximo a sede da Fazenda Serra Azul.

CANAIS DE IRRIGAÇÃO

A rede de canais é/será constituída pelos canais a céu aberto e pelas obras hidráulicas. Os estudos foram realizados para o projeto de um canal de irrigação com 5.084 metros de extensão.

A geometria dos canais possui seção trapezoidal, com taludes de 1(V):1,5(H). Todos os canais serão revestidos com concreto simples, com espessura em função da máxima altura da lâmina d'água.

[Handwritten signature]

Canal Serra Azul – Quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Desmatamento e Limpeza	m ²	28.800,00
2	Decapagem	m ²	28.800,00
3	Escavação 1ª CAT	m ³	8.783,54
4	Escavação 2ª CAT	m ³	1.576,53
5	Escavação 3ª CAT	m ³	900,87
6	Compactação de Aterros	m ³	13.761,69
7	Empréstimo	m ³	9.106,66
8	Regulação e Geometria do Canal	m ²	25.931,60
9	Revestimento Concreto Simples FCK15MPa	m ³	1.555,90
10	Junta Mastique elástico (tipo SIKAFLEX 1ª)	m	11.747,05
11	Mureta em alvenaria blocos de concreto e = 20 CM	m ²	1.440,00

5.2. MEIO FÍSICO

Na área em estudo observou-se a ocorrência do Latossolo Vermelho Amarelo, Latossolo Vermelho Escuro Distrófico Álico e Latossolo Vermelho Escuro Eutrófico

Latossolo vermelho amarelo

Material de Origem – são desenvolvidas sobre os depósitos de cobertura Cretáceo Superior / Terciário e sedimentos detríticos pleistocênicos do Terciário- Quaternário. Além de sedimentos provenientes de alteração dos arenitos cretáceos das Formações Areado e Urucuia;

Relevo – é normalmente plano e suave ondulado, ocupando predominantemente as superfícies de aplainamento ocorrendo nas superfícies tabulares onduladas e reelaboradas.


- Graus de Limitações ao Uso Agrícola

Fertilidade natural – são solos ácidos, com baixos teores de cálcio magnésio, potássio e fósforo e alta saturação de alumínio;

Erosão ligeira – ocorrem em relevos plano e suave ondulado

Falta d água – estes solos ocorrem em áreas com estação seca pronunciada. Além disso,

Assinaturas manuscritas

	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS PARECER ÚNICO	Data: 02/10/2009 Folha: 13/30
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------

tem normalmente pequena capacidade de água disponível, o que faz com que venham a sofrer deficiência de água em períodos curtos de estiagem durante a época das chuvas.

. Excesso d água nula – são de bem a acentuadamente drenados, profundos, com porosidade em torno de 50% e grau de flocculação elevado.(acima de 90%);

. Uso de Implementos agrícola – ocorre em áreas planas, ocupando grandes extensões favoráveis a intensa mecanização.

- Utilização Agrícola

Os latossolos vermelhos amarelos apresentam problemas para o desenvolvimento da agricultura. São eles:

. Baixos teores de nutrientes, principalmente nas camadas subsuperficiais. As raízes da maioria das culturas não permitem nas camadas que não tenham cálcio que apresentam traços;

. Alta saturação de alumínio que também restringe sistemas radiculares, que não são tolerantes ao alumínio;

. Baixa capacidade de retenção de umidade, armazenando em media 10mm de chuva, a uma profundidade de 15 cm;

. Alta capacidade de fixação de fósforo.

. A exeqüibilidade de desenvolver uma agricultura viável nestes solos dependerá dos recursos disponíveis para investir na fertilização e correção do solo, através de incorporação, principalmente de calcário em camadas mais profundas (30cm), possibilitando maior aproveitamento da água do solo através do aprofundamento das raízes.

Latossolo vermelho escuro distrófico álico

. Material de Origem – são desenvolvidos a partir dos depósitos de cobertura do cretáceo superior/terciário inferior e de sedimentos detriticos pleistocênicos além de sedimentos provenientes de alteração de arenitos.

. Relevo – o relevo apresenta-se geralmente plano e suave ondulado, ocupando predominantemente as superfícies tabulares onduladas, superfícies onduladas com desenvolvimento de formas cársticas, patamares rochosos, vertentes ravinadas e vertentes convexas.

- Grau de limitação de Uso Agrícola

. Fertilidade natural forte: São solos ácidos com baixos teores de cálcio.magnésio, e fósforos e alta saturação de alumínio.

. Erosão: Ligeira; Ocorrem em relevo plano e suave ondulado;

. Falta d água: forte. Ocorre em áreas com estação seca pronunciado e pequena capacidade de retenção de chuvas além de possuir pequena profundidade efetiva para as raízes (os altos teores de alumínio no B restringem ao desenvolvimento de raízes das plantas mais sensíveis a este elemento).

. Excesso d água nula: São acentuadamente drenados profundos, com porosidade em trono de 50%;

. Uso de implementos agrícolas, nula. Ocorrem em áreas plantas grandes extensões favoráveis á intensa mecanização.

- Utilização Agrícola

Handwritten signature and initials

A potencialidade deste solo é idêntica á dos Latossolos Vermelho Amarelo Distrófico, com os menos tipos de problema se idênticas recomendações.

Latossolo vermelho escuro eutrofico

Material de origem – Estes solos são desenvolvidos de sedimentos detriticos pleistocênicos, provenientes da alteração de rochas calcíferas da formação Paraopeba, além de sedimentos provenientes as alterações de arenitos cretáceos com provável influencia de sedimentos calcíferas daquela formação;

Relevo – predomina o relevo plano e suavemente ondulado, ocorrendo predominantemente nas superfícies de aplainamento e em superfícies ondulados, com desenvolvimento de formas cársticas, além de patamares rochosos ravinadas e vertentes convexas.

- Grau de limitação de Uso Agrícola

Com excesso da fertilidade natural, que é moderada devido a baixa saturação com alumínio, saturação de bases media e alta e presença de cálcio ao longo do perfil, os demais graus de limitações no que conceme á falta de água, erosão, excesso d água e uso de implementação agrícolas são idênticos aos dos solos distróficos.

- Utilização agrícola – estes solos têm grande potencialidade, pois apresentam excelentes propriedades físicas que aliados a um relevo extremamente favorável e a uma fertilidade moderada permitam uma agricultura intensiva.

5.3. MEIO BIÓTICO

5.3.1. FLORA

O empreendimento em questão apresenta como tipologia de vegetação a Floresta Estacional Decidual (mata seca), considerada integrante do Bioma Mata Atlântica pela Lei Federal 11.428/2006 e Decreto Federal 6.660/2008.

5.3.2. FAUNA

Os estudos da fauna na Fazenda Serra Azul foram realizados pela Paraná Minas Planejamento e Pericias Técnicas Ltda.:

Avifauna

A fim de atender os objetivos de averiguar quais espécies que ocorreriam na área da fazenda e no seu entorno e avaliar a riqueza específica de cada tipo de ambiente da área, foram realizados levantamentos quantitativos.

O levantamento quantitativo da avifauna seguiu três abordagens distintas: o método de amostragem por pontos; captura de pequenos passeriformes utilizando redes de neblina e; entrevistas com os moradores locais.

1000
Accep
Q

A metodologia de observação visual e auditiva de espécies consistiu no estabelecimento de pontos amostrais no interior da propriedade de maneira a representar os vários tipos de ambientes presentes na área.

A abordagem de captura com redes de neblina constituiu na observação prévia dos principais trajetos percorridos pelos pequenos passeriformes da área amostrada e montagem das redes de neblina nos pontos de maior atividade da avifauna.

Outra abordagem complementar de levantamento da avifauna local foi a de entrevistas com pessoas residentes na área da fazenda e no seu entorno. O objetivo das entrevistas foi o de relatar o conhecimento destas pessoas sobre a avifauna e suas relações com tais animais (caça, criação em cativeiros ou consideradas como pragas).

Foram registradas através do método de amostragem por pontos e também pelo método de captura por redes um número total de 68 espécies, distribuídas em 27 famílias. Devido ao baixo sucesso de captura com as redes de neblina, apenas os dados coletados a partir do método de amostragem por pontos foram incluídos nas análises quantitativas da avifauna local.

Relação de espécies da avifauna observada: inabu guaçu, zabelê, inabu chororó, codorna, urubu preto, gavião do rabo branco, gavião pega pinto, gavião preto, caracará, siriema, rolinha, rolinha branca, pomba de bando, pomba galega, periquito maracanã, maritaca, anu preto, anu branco, suindara, corujinha do mato, caburé, coruja do campo, curiango, beija flor, tesourão, tucaninho, pica pau, joão de barro, joão tenenem, petrim, joão graveto, carrega madeira, choro boi, tem farinha aí, chorozinho, nei-nei, bentevi rajado, bentevizinho, bentevi coroadado, filipe, papa-moscas, maria-já-é-dia, andorinha, cancan, garrichão, garrincha, sabiá, pitiguari, chupinho, asa-de-telha, pássaro-preto, chupinho-do-brejo, inhapim, sofrê, figuinha, verdadeira, sanhaço, trinca-ferro, galo-de-campina, azulão, tiziu, baiano, bigodinho, cravina, tico-tico (02 espécies) e pardal.

O ambiente de mata seca foi o que apresentou a maior riqueza de espécies, sendo observados neste tipo de ambiente 93 % das espécies. O ambiente de carrasco apesar de ter apresentado um número de riqueza de espécies menor, apresentou um número significativo de espécies, indicando a importância destes ambientes para determinadas espécies de aves.

Com relação às espécies ameaçadas de extinção, nenhuma espécie foi encontrada durante o levantamento. Entretanto, 14 % das espécies observadas são espécies que sofrem pressão antrópica direta pelo valor alimentar para a população local e pelo valor canoro dos pássaros. Espécies que se encaixam nesta categoria merecem atenção especial em programas de educação ambiental para a população local e também programas contra a caça predatória e o tráfico de animais silvestres.

A avifauna das áreas estudadas está sujeita a vários tipos de perturbação com o uso de

Ass: [assinatura]
[assinatura]

agrotóxicos em monoculturas, queimadas para corte da cana-de-açúcar, caça e coleta e principalmente a fragmentação do habitat.

A fragmentação do habitat é uma das principais causas da perda da biodiversidade nos ambientes naturais. As populações de aves que vivem nos fragmentos podem ser drasticamente afetadas pelo tamanho e isolamento da área, efeito de borda, distância de um fragmento a outro, mudanças físicas e bióticas e pela paisagem circundante.

Mastofauna e herpetofauna

A metodologia utilizada no levantamento de mastofauna compreendeu três modelos: o primeiro para mamíferos de pequeno porte foi utilizado transectos lineares, com 70 armadilhas de queda com iscas distantes 10 metros cada armadilha, totalizando uma distância de 700 metros por cada noite.

O segundo método de amostragem foi baseado em registro indireto, ou seja, pegadas de animais de maior porte. Alguns registros foram feitos por visualização de tocas.

No terceiro método foram entrevistados principalmente os funcionários da fazenda que além de indicarem a presença de várias espécies, citaram nomes de pessoas para outras entrevistas.

Na Fazenda Serra Azul, as áreas foram separadas quanto à influência que o empreendimento provocará de impacto ambiental nas comunidades de pequenos mamíferos. A área diretamente afetada pelo empreendimento recebe a denominação de ADA, e a área de entorno - AE, é o local definido que recebe uma influência indireta do empreendimento transformar-se em refúgio de fauna.

Foram registradas 47 espécies de mamíferos: marmosa, catita, cuíca, gambá, cuíca do rabo curto, cuíca lanosa, rato (08 espécies) preá, capivara, mocó, tatu pega, tatu bola, tatu do rabo mole, tatu galinha, tapiti, anta, mão-pelada, jaratataca, lontra, furão, queixada, cateto, bugio barbado, macaco prego, veado catingueiro, veado mateiro, raposão, cachorro do mato, suçuarana, jaguatirica, gato mourico, morcego vampiro, morcego (07 espécies).

De acordo com a lista de espécies de mamíferos: a suçuarana, jaguatirica e cachorro do mato vinagre são consideradas vulneráveis (IUCN e Biodiversitas); a anta é considerada espécie ameaçada (lista vermelha da IUNC de 2009); as demais espécies não consta na lista de espécies ameaçadas.

Foram registradas 20 espécies de répteis: jacaré do papo amarelo, jibóia, sucuri, jararaca, jararaca papa pinto, cobra nariguda rajada, mucurana, caninana, cobra d'água, cobra-cipó (02 espécies), cobra verde, cobra preta, jaracuçu do brejo, cobra coral, jararaca, cascavel, cobra coral verdadeira, teiú, calango verde e calango preto.

De acordo com a lista de espécies de répteis, nenhuma espécie consta na lista de

Assinatura
[Assinatura]

espécies ameaçadas (IUCN e Biodiversitas).

O grupo de anfíbios não foram amostrados, devido à época do ano do inventário, inverno. Nesse período é difícil a visualização desse grupo.

O levantamento de fauna na ADA, onde ocorrerá a supressão possui dois perfis fitossociológicos. Um com uma quantidade maior de arbustos e árvores de maior porte, e outro, em um local de regeneração com menor diversidade florística.

No inventário biológico feito na área de maior densidade florestal, foram obtidos os maiores números de captura de espécies.

A segunda fitofisionomia presente na ADA apresentou ser muito antropizada. O número de espécies capturadas reduziu com predominância de espécies mais generalistas. Nessas áreas, o número de visualizações de serpentes foi maior ao encontrado na região da ADA com maior densidade florestal.

A área de entorno, diagnosticada como a região que não será desmatada, mas que devido à supressão vegetal da região próxima (ADA) sofrerá indiretamente os efeitos desse processo. Nesse sentido, a vulnerabilidade da área de plantio afeta diretamente sobre efeitos de densidade populacional as áreas do entorno ao empreendimento. As coletas na área de entorno indicaram um maior número de indivíduos, sendo que espécies de maior porte foram registradas em maior número.

A ADA é a região que se encontram os principais problemas quanto ao impacto ambiental do empreendimento. Estes impactos tanto na flora quanto na fauna são irreversíveis, pois haverá redução das populações locais.

5.3. DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A água utilizada para irrigação da cana-de-açúcar é proveniente do Canal Principal CP-3 do Projeto Jaíba. Foi garantido pelo governo, a oferta de água ao empreendimento dentro dos mesmos critérios estabelecidos para o Projeto Jaíba Etapa II. O investimento de adução junto ao Canal Principal CP-3 para a rede parcelar de canais é realizado pela Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A. A água utilizada nas demais atividades é proveniente de 03 poços tubulares, devidamente outorgados.

5.4. DA RESERVA LEGAL

A Área de Reserva Legal das propriedades totaliza 854,242 hectares, conforme Registros de Imóvel e Termos de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, acostados aos autos do processo.

Handwritten signatures and initials.

A Reserva Legal é, caracterizada por floresta estacional decidual em fase primária e em fase secundária no estágio avançado de regeneração natural e se encontra em bom estado de conservação.

5.5. DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba (SAP - Jaíba), composto por 07 (sete) Unidades de Conservação que comunicam entre si, é um verdadeiro mosaico de grande relevância ambiental, visto que compreende um bioma que é único no mundo, a Caatinga. Tais UC's foram criadas como condicionantes ambientais do Projeto de Irrigação do Jaíba. Juntamente com as Reservas Legais I e II do Projeto Jaíba, além de corredores ecológicos que interligam essas unidades, o SAP - Jaíba totaliza uma área de mais de 170.000 hectares.

Uma das Unidades de Conservação que faz parte SAP - Jaíba, a Reserva Biológica Serra Azul, poderá sofrer influências diretas devido à proximidade com que se encontra com o empreendimento em questão, já que as Fazendas Serra Azul, Santa Clara e Morro Solto, objeto do presente parecer, são limítrofes com a referida UC.

A Reserva Biológica da Serra Azul está localizada inteiramente no município de Jaíba/MG, e possuía uma área de 7.285 hectares. Atualmente, parte de sua área foi desafetada (3.183,6545 hectares) através da Lei Estadual nº 18.307 de 30 de Julho de 2009.

As Fazendas Serra Azul, Santa Clara e Morro Solto encontram-se localizadas na Zona de Amortecimento da Reserva Biológica da Serra Azul, uma Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual nº 39.950 de 08 de outubro de 1998.

Consta nos autos do processo, a anuência do órgão gestor da Reserva Biológica Serra Azul concedida a Agropecuária Serra Azul de Jaíba S/A.

5.6. DO DOCUMENTO AUTORIZATIVO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

PARECER TÉCNICO

PROPRIEDADE: FAZENDA SERRA AZUL, MORRO SOLTO E SANTA CLARA
PROPRIETÁRIO: AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA
MUNICÍPIO: JAÍBA - MG

Área total da propriedade (Serra Azul, Morro Solto e Santa Clara)	4.170,7441 ha
Área de Reserva Legal	854,242 ha
Área implantada com a cultura da cana-de-açúcar.	287,11 ha
Área inventariada vegetação nativa	2.090,23 ha

bob *Accep*
Q

Área total pleiteada para desmate	1.484,13 ha
Área liberada para intervenção (Estágio Inicial de Regeneração)	1303,86 ha
Área não liberada para intervenção (Estágio Médio de Regeneração)	180,27 ha
Área sem rendimento lenhoso	248,66 ha

A tipologia florestal da área requerida para supressão pode ser caracterizada como Floresta Estacional Decidual (Mata Seca) em estágio sucessional secundário inicial de regeneração natural nos pivôs 6001, 6002, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009, 6011, 6014, 6016, 6017 e 6019, além de algumas porções de vegetação secundária em estágio médio de regeneração natural de Floresta Estacional Decidual (Mata Seca), referentes aos pivôs 6004, 6005, 6010, 6012, 6015 e 6018, conforme classificação dada pela resolução CONAMA Nº 392 de 25 de junho de 2007, que define vegetação primária e secundária em estado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e mapa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que delimita as formações florestais e ecossistemas associados que integram a Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais, além da análise do Inventário Florestal Qualitativo/Quantitativo apresentado e verificação "in locu" quando da realização da vistoria.

Para caracterização e definição dos estágios de regeneração da vegetação secundária inicial e médio, para a área requerida para supressão, foram utilizados os critérios para definição de vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado da mata atlântica, em conformidade ao disposto no Art 4º da Lei 11428, de 22 de Dezembro de 2006 e listados na resolução CONAMA 392 de 25 de Junho de 2007 e Inventário Florestal apresentado à SUPRAM NM, cuja responsabilidade técnica é do Engenheiro Florestal Adelson Nunes Nascimento, CREA 83.345/D, conforme ao que segue:

QUADRO RESUMO CARACTERIZANDO OS ESTÁGIOS DE REGENERAÇÃO INICIAL E MÉDIO, COM BASE NA RESOLUÇÃO CONAMA 392/2007

CRITÉRIOS ESTÁGIO INICIAL	(pivôs 6001, 6006, 6007, 6008, 6009, 6011, 6014, 6016, 6017 e 6019)	CRITÉRIOS ESTÁGIO MÉDIO	(Pivôs 6004, 6005, 6010, 6012, 6015 e 6018)
	AREA=	AREA TOTAL	AREA=
Ausência de estratificação definida	SIM	Estratificação incipiente com formação de dois estratos: dossel e sub-bosque	SIM
Vegetação formando um único estrato com altura de até 3 (três) metros	2,66 m	Dossel entre 3 (três) e 6 (seis) metros de altura	4,21 cm
DAP médio menor que 8 centímetros	4,95 cm	DAP variando de 8 (oito) a 15 (quinze) centímetros	9,16 cm

bb
Acay
[Assinatura]

Espécies pioneiras abundantes	SIM	Predominância de espécies arbóreas com redução gradativa do emaranhado de arbustos e cipós	SIM
Presença Serrapilheira /fina camada	SIM	Serrapilheira presente variando de espessura dependendo da época do ano	SIM
Presença de Espécies Indicadoras	SIM	Presença de espécies indicadoras com redução de arbustos e cipós	SIM
Presença de Espécies Trepadeiras geralmente herbáceas	NÃO	Trepadeiras, quando presentes, podem ser herbáceas ou lenhosas	NÃO
Ausência de espécies Epífitas	SIM	Maior riqueza e abundância de epífitas	NÃO
CONCLUSÃO	ESTÁGIO INICIAL		ESTÁGIO MÉDIO

Portanto, com base no exposto e levando em consideração o que determina a Resolução Conama 392/2007, atribui-se maior "peso" na classificação do estágio de regeneração da área àqueles referentes aos critérios de presença de espécies indicadoras, Distribuição diamétrica Média e análise da estrutura vertical da floresta (altura) e menor peso aos demais critérios, pelo fato de serem bastante subjetivos, dessa forma, conclui-se que a vegetação da área requerida para supressão pode ser caracterizada como em estágio inicial numa área de 1303,86 ha, referentes aos pivôs 6001, 6006, 6007, 6008, 6009, 6011, 6014, 6016, 6017 e 6019 e em estágio médio de regeneração natural, numa área de 180,27 ha, correspondentes a porções dos pivôs 6004, 6005, 6010, 6012, 6015 e 6018.

Ressaltamos que estarão sendo liberadas para intervenção ambiental apenas as áreas caracterizadas como em estágio secundário inicial de regeneração natural e que são de competência da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAM NM. As áreas definidas como em estágio secundário médio de regeneração natural são de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que deverá pronunciar-se sobre a possibilidade ou não de concessão da autorização para supressão da referida área, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal 11428 de 22 de Dezembro de 2006 e regulamentada através do Decreto Federal 6660 de 21 de Novembro de 2008.

O objetivo do desmate requerido é a ampliação do cultivo de cana-de-açúcar sob o regime irrigado para produção de álcool.

Assinatura

A área requerida para intervenção ambiental totaliza **1484,13 ha**, referentes às áreas internas dos pivôs que apresentam rendimento lenhoso: 6001, 6004, 6005, 6006, 6007, 6008, 6009, 6010, 6011, 6012, 6014, 6015, 6016, 6017, 6018 e 6019. Ressalta-se que foi realizado Inventário Florestal Qualitativo/Quantitativo numa área total de **2090,23 ha**, tendo sido constatado que em algumas porções da área requerida para supressão não apresenta rendimento lenhoso (pivôs 6001, 6005, 6015, 6016, 6017, 6018 e 6019), totalizando uma área de **248,66 ha**, não necessitando, portanto, a realização de estimativas volumétricas. Constata-se que da área de 2020,00 hectares destinados ao projeto irrigado com cana de açúcar, uma área de 287,21 ha já se encontram implantados com a referida cultura (pivôs 6002, 6003 e parte do 6004).

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS NÍVEIS DE REGENERAÇÃO E CULTURAS DE CADA PIVÔ

Pivô Central	Área Total	Estág. Inicial e S/ Rendimento	Estágio Médio	Cultura -de -cana
6001	112,18	112,18	-	-
6002	120,40	-	-	120,39
6003	119,51	-	-	119,51
6004	107,51	-	60,29	47,21
6005	81,58	47,78	33,79	-
6006	105,24	105,24	-	-
6007	42,93	42,93	-	-
6008	105,66	105,66	-	-
6009	123,61	123,61	-	-
6010	120,14	69,09	51,04	-
6011	120,13	120,13	-	-
6012	124,29	108,55	15,73	-
6014	123,54	123,54	-	-
6015	121,31	109,18	12,13	-
6016	123,17	123,17	-	-
6017	121,65	121,65	-	-
6018	122,26	114,96	7,29	-
6019	124,21	124,21	-	-
Total	2019,32	1551,88	180,27	287,11

Durante a vistoria realizada no dia 13/03/2009 para dar continuidade à análise do processo de licenciamento e da autorização para intervenção ambiental foi realizada a conferência de 10 % das parcelas amostrais na área requerida para desmate. As parcelas conferidas foram 07, 13, 28, 44, 54, 63, 64, 65, 73, 84, 88, 93, 101, 104, 105, 121, 144, 172, 189 e 191, tendo sido mensuradas as dimensões do CAP (Circunferência a Altura do Peito) e altura de todos os indivíduos presentes dentro das parcelas e subparcelas do respectivo Inventário Florestal.

Com base no Inventário Florestal apresentado, constatou-se a ocorrência de espécies

Ass
Ass

imunes de corte, restritas de exploração e nobres na área inventariada e requerida para supressão, cuja exploração florestal proposta está representada em Plano de Manejo, que define a exploração para lenha (carvoejamento) e exploração para uso madeireiro (postes e mourões), dependendo da distribuição das classes de diâmetro dos indivíduos:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL PROPOSTA PARA AS ESPÉCIES DE VALOR COMERCIAL A SEREM UTILIZADAS PARA USO MADEIREIRO OU COMO LENHA PARA CARVOEJAMENTO

Espécies/ classificação	Freq./há (DA)	Vol./ha	Exploração para lenha (Carvoejamento)		Exploração para uso Madeireiro (postes, mourões)	
			Freq./ha	Vol./ha	Freq./ha	Vol./ha
Uso Nobre / valor comercial						
Aroeira	90	3,34	85	1,78	5	1,56
Angico	54	1,27	53	1,05	1	0,22
Umburana	11	0,27	11	0,27	-	-
Canjerana	7	0,27	7	0,27	-	-
Pau d' Arco	5	0,22	4	0,10	1	0,12
Jacarandá	1	0,03	1	0,03	-	-
Sucupira	1	0,01	1	0,01	-	-
Cedro	1	0,02	1	0,02	-	-
TOTAL	170	5,43	163	3,53	7	1,90

Portanto, as espécies de uso nobre que apresentarem classe de diâmetro menor que 22,5 cm serão utilizadas para carvoejamento, tendo sido observada uma frequência de 163 indivíduos / ha e rendimento lenhoso total de 3,53 m³/ha, resultando numa estimativa para a área a ser explorada de 241.913 indivíduos e volume total de 5.238,97 m³. Já as espécies que apresentarem classe de DAP superior a 22,5 cm serão aproveitadas para uso madeireiro (postes e mourões), tendo sido observado uma frequência de 7 indivíduos / ha e rendimento lenhoso total de 1,90 m³/ha, resultando numa estimativa de 10.389 indivíduos e volume total de 2.819,85 m³ na área a ser explorada.

Como compensação ambiental pela supressão de indivíduos da espécie imune de corte dos gêneros *Tabebuia* e *Tecoma* (Pau d' Arco), que eventualmente tenham necessidade de serem suprimidas para implantação do projeto, só poderá ser admitida quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de Utilidade Pública ou Relevante Interesse Social, devendo o empreendedor realizar o imediato replantio do número de árvores abatidas, através do acompanhamento de profissional devidamente habilitado e monitoramento do desenvolvimento por um prazo mínimo de 5 anos, bem como o replantio das mudas que não se desenvolverem, em conformidade com a Lei 9.743 de 15 de Dezembro de 1988, que declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte o Ipê Amarelo.

bob / Acuf
Q

Conforme Inventário Florestal realizado e apresentado a SUPRAM-NM, o rendimento lenhoso médio da parte aérea da vegetação, para a área requerida para supressão será:

PARCELA

ITEM	VOLUME	
	HECTARE	TOTAL
VOLUME MEDIO (m3)	13,59*	17719,46
VOLUME MEDIO (st)	23,11	30132,20
VOLUME MÉDIO DE CARVÃO (mdc)	7,71	10052,76

Volumes totais considerando uma área de 1303,86 hectares

* Valor médio considerando a exclusão de 1,90 m³/ha da média total geral, referente aos volumes das árvores cuja madeira não será utilizada como lenha para carvoejamento - referente aos volumes de espécies de Uso Nobre/Valor Comercial, e que será dado outro uso madeireiro como (postes, moirões etc.);

SUBPARCELA

ITEM	VOLUME	
	HECTARE	TOTAL
VOLUME MEDIO (m3)	9,082	11841,66
VOLUME MEDIO (st)	15,4394	20130,82
VOLUME MÉDIO DE CARVÃO (MDC)	5,1465	6710,32

Volumes totais considerando uma área de 1303,86 hectares

Portanto como resultado geral do Inventário Florestal realizado considerando a volumetria de parcela e subparcela levando em consideração a área a ser efetivamente suprimida de 1303,86 hectares teremos:

Parâmetro	Volume		Volume total	Volume total (acrescido 20% tocos e raízes)
	Parcelas	Subparcelas		
Volume total (m ³)	17719,46	11841,66	29561,12	35473,34
Volume total (st)	30132,20	20130,82	50263,02	60315,62
Volume Total Carvão (MDC)	10052,76	6710,32	16763,08	20115,70

Volumés totais considerando uma área de 1303,86 hectares

O processo de supressão da vegetação irá causar a fragmentação de habitat que, por sua vez, é uma das grandes ameaças à biodiversidade. A fragmentação de habitat limita o potencial de uma espécie de dispersão e colonização. Muitas espécies de pássaros, mamíferos e insetos não atravessarão nem mesmo faixas estreitas de ambientes abertos, por causa do perigo de predação.

[Handwritten signatures and initials]

Dessa forma, visando uma minimização do impacto do desmatamento sobre a fauna local, sugere-se que a supressão obedeça a uma cronossequência e uma distribuição espacial das operações de desmate, para que haja sucesso no deslocamento dos animais para as áreas de reserva legal e áreas de remanescentes florestais.

As áreas que ficarão como remanescentes de vegetação entre os Pivôs que não sofrerão intervenção florestal ("calcinhas"), deverão ser preservadas, não podendo ser efetuadas qualquer tipo de intervenção sem autorização previa do órgão ambiental competente, sob pena de autuação.

Conforme informado no Plano de Utilização Pretendida, a exploração e operação de desmate (corte e destoca) será realizado de forma mecanizada através de trator de lâmina frontal. Posteriormente à derrubada e destoca, ocorrerá o desdobramento do material, utilizando-se motosserras e machados, empilhando todo o material lenhoso em bandeiras dentro da área, sendo então, transportados para o pátio da carvoaria. Ressalta-se que todo o material lenhoso proveniente da supressão será carvoejado, exceção feita às espécies de uso nobre que apresentarem diâmetros superiores a 22,5 cm, que serão aproveitadas para postes e mourões, conforme apresentado em Plano de Manejo proposto e constante do Plano de Utilização Pretendida.

As atividades de supressão da área liberada somente poderão ser iniciadas após a concessão da Licença Ambiental, sob pena de autuação, em conformidade com a legislação vigente.

O empreendedor deverá adotar medidas que minimizem os impactos negativos do desmatamento, devendo, pois, reduzir ao máximo a movimentação de máquinas agrícolas na área objeto de supressão, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo. Deverão ser mantidas práticas preventivas de drenagem e recobrimento do solo, através da incorporação de restos advindos do desmatamento (folhas e galhos finos), objetivando evitar processos erosivos e melhorar a estrutura física do solo.

A implantação do projeto, ou seja, plantio das áreas liberadas para supressão, deverá ocorrer imediatamente após a conclusão das operações de desmate, evitando, dessa forma, que o solo fique exposto a intempéries climáticas por muito tempo.

Deverá ser evitada a utilização do fogo nas operações de limpeza da área liberada e, caso seja imprescindível a adoção da referida prática, deverá ser feita solicitação prévia ao órgão ambiental competente e proceder segundo as recomendações de queima controlada.

O monitoramento das operações de supressão florestal da área liberada e as atividades de carvoejamento do material lenhoso, será de responsabilidade do empreendedor, devendo pois, orientar todos os trabalhadores envolvidos, no sentido de cumprir todas as orientações e recomendações deste parecer único e legislação vigente, de modo que sejam minimizados os impactos ambientais negativos que eventualmente sejam gerados.

beb
Apud
Q

Portanto, este parecer único é favorável à concessão de autorização para a supressão em uma área medindo 1303,86 ha de vegetação caracterizada como Floresta Estacional Decidual (Mata Seca) em estágio inicial de regeneração natural, com o objetivo de ampliação de projeto de agricultura canavieira, conforme demarcado em planta topográfica, sendo que uma via da planta deverá ser entregue ao proprietário a fim de que o mesmo possa obedecer aos limites da área autorizada para supressão.

6. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Apesar de contribuir de forma positiva para a economia devido a geração de empregos e de impostos, a utilização dos recursos e seus impactos ambientais de ordem física, biológica e sócio-econômica deve ser conduzida de forma a evitar prejuízos para o meio ambiente e as comunidades locais.

Sobre o meio físico

O desenvolvimento das atividades a serem realizadas envolve práticas referentes à limpeza da área, ao preparo do solo para plantio e à implantação da infra-estrutura. Todas essas práticas são geradoras de impactos sobre os recursos solo e água, o que torna necessária a adoção de procedimentos e ações para prevenção e minimização de tais impactos.

Para evitar ou minimizar esses impactos, deverá ser construídos camalhões e bacias de contenção como medida de controle de erosões. A construção de camalhões e bacias de contenção para dissipação da energia das águas pluviais favorece a retenção de materiais sólidos promovendo a sua decantação e infiltração da água no solo. O sistema de drenagem deve obedecer a um sistema de escoamento capaz de garantir a proteção contra assoreamento das micro-bacias hidrográficas, protegendo-as do assoreamento por sólidos finos carregados das áreas em exposição (estradas e vias de acesso).

Efluentes líquidos

Durante a realização da vistoria foi verificada geração de efluentes contaminados com óleo: no setor de oficina a manutenção de máquinas e implementos agrícolas e veículos, a inexistência de canaletas ligadas a um sistema de separação de água e óleo – SAO, no setor de lavagem de veículos e máquinas agrícolas constatamos uma caixa SAO, onde não é realizada a manutenção, comprometendo a eficiência, esta área não possui canaletas laterais ligadas a SAO, o piso da área de lavagem em condições precárias, próximo a área de oficina a existência de um posto de abastecimento aéreo de combustível, que está em desacordo com as normas regulamentares da DN 108/2007. A empresa deverá adequar/implantar sistemas separadores de água e óleo – SAO adequados, com impermeabilização dos pontos de geração de forma a impedir a contaminação do solo e recursos hídricos.

Ass. Aley
[assinatura]

No empreendimento é/serão gerados efluentes líquidos sanitários provenientes das residências, que atualmente são encaminhados para fossas negras. A empresa deverá implantar fossas sépticas e filtro anaeróbico nos locais de geração de tais efluentes de acordo com a NBR ABTN 7229/1993.

Resíduos sólidos

Durante a vistoria foi verificado que os resíduos sólidos domésticos originários das sedes são queimados em uma vala próximo às mesmas e que resíduos sólidos contaminados com óleo eram dispostos em uma vala a céu aberto. A empresa deverá implantar sistema de coleta seletiva de modo a reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados.

Uso de fertilizantes, corretivos e defensivos químicos

No empreendimento, os agroquímicos utilizados na cultura da cana de açúcar deverão ser adquiridos através de receituários agrônômicos, cuja prescrição é feita por equipe técnica, sendo caracterizados quanto ao princípio ativo, dosagem, forma e época de aplicação.

Durante a vistoria constatamos que os defensivos agrícolas não são armazenados em local específico, sendo armazenados no almoxarifado, juntamente com os demais produtos e a inexistência de local adequado para armazenamento das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

O armazenamento desses agroquímicos deverá ser feito em galpões adequados. As embalagens de herbicidas e inseticidas deverão enviadas a postos de recebimento.

A utilização de tais insumos baseia-se na Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 e Lei nº 9.974 de 06 de junho de 2000, que dispõe sobre a o armazenamento, a comercialização, a utilização, destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos.

Impactos no Meio Biótico

As mudanças ambientais advindas dos processos de uso e ocupação de parte da área pelo empreendimento florestal ocasionarão sem dúvida alterações no meio biótico.

A partir da análise do processo, conclui-se que o empreendimento em questão causará impactos significativos e não-mitigáveis, onde a supressão da vegetação nativa irá acarretar fragmentação de habitats, perda de conectividade, redução da riqueza de espécies da fauna e flora e comprometimento da paisagem natural. Sendo assim, caberá ao empreendedor obter junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB) a fixação da compensação ambiental nos termos da Lei 9985/2000.

Assy
Q

7. CONCLUSÃO

O empreendimento ocasiona os impactos positivos para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Os impactos negativos poderão ser minimizados e revertidos com as medidas mitigadoras propostas. Além disso, em sua maioria, são impactos de ordem direta, restritos ao local da atividade. Em síntese, uma vez mitigados ou minimizados os impactos negativos, os benefícios do empreendimento justificam plenamente o seu funcionamento.

Com base na documentação apresentada e nos estudos realizados, bem como nas informações complementares fornecidas, foram relatadas as características locais e regionais do empreendimento, identificando os principais impactos ambientais a serem gerados pela atividade e as medidas mitigadoras propostas. Diante destes estudos, os quais consideramos satisfatórios e não havendo óbices legais ao funcionamento do empreendimento, esse Parecer Único sugere a concessão da Licença de Instalação Corretiva com autorização para supressão de vegetação nativa ao empreendimento localizado nas Fazenda Serra Azul, Santa Clara e Morro Solto, de propriedade da empresa AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S.A, com validade de 02 anos, observadas as recomendações constantes neste parecer e Condicionantes anexas.

A partir da análise do processo pela equipe técnica da SUPRAM-NM conclui-se que o empreendimento em questão gerará impactos não-mitigáveis. Sendo assim, será necessário a compensação ambiental por parte do empreendedor. É válido ressaltar que o valor da compensação e a destinação do recurso será determinado pela Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB).

8. PARECER CONCLUSIVO

Favorável: () Não (X) Sim

Ass. [assinatura]
[assinatura]

Anexo I

CONDICIONANTES

PARECER ÚNICO Nº 081/2009 – SUPRAM NM	
Indexado ao Processo Nº: 004234/2007/001/2007	Validade da Licença: 02 (dois) anos
Tipo de processo: Licenciamento Ambiental (X) Auto de Infração ()	
Empreendimento (Razão Social) AGROPECUÁRIA SERRA AZUL DE JAÍBA S/A	CNPJ / CPF: 00.626.982/0001-21
Empreendimento (Nome Fantasia) Fazendas Serra Azul, Santa Clara e Morro Solto	
Município: Jaíba	
Atividade predominante: Cana-de-açúcar	
Código da DN e Parâmetro: G-01-07-4	
Porte do Empreendimento Pequeno () Médio () Grande (X)	Potencial Poluidor Pequeno () Médio (X) Grande ()
Classe do Empreendimento: 5	
Fase Atual do Empreendimento: LP + LI	

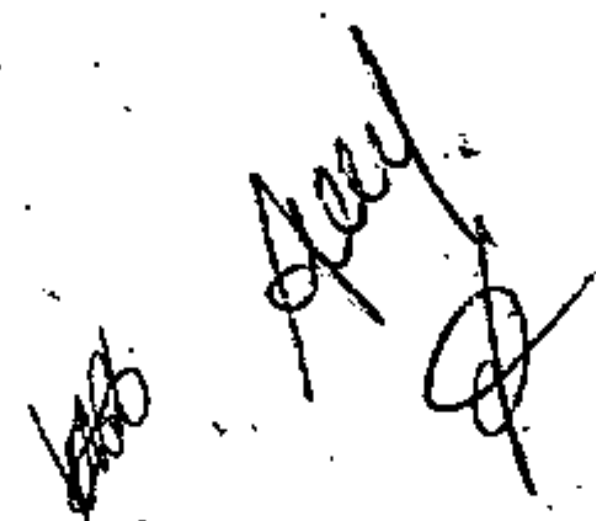
Itens	Descrição da Condicionante	Prazo
01	O esgoto doméstico gerado deverá ser destinado a conjunto de fossa, filtro e sumidouro, edificados segundo as normas técnicas NBR's 7229/93. Deverá ser estabelecido caixa de passagem para coleta dos efluentes antes da entrada na fossa e antes da entrada no sumidouro.	120 dias
02	Implantar/adequar sistemas de separação de água e óleo – SAO, nos pontos de geração de efluentes contaminados com óleo. Deverá ser estabelecido caixa de passagem	120 dias

[Handwritten signatures]

	para coleta dos efluentes na entrada e na saída dos sistemas.	
03	Manutenção das estradas, carreadores e aceiros em toda a propriedade, devendo receber práticas destinadas à conter a água pluvial e propiciar condições para sua infiltração.	Vigência da Licença
04	A empresa deverá utilizar produtos agrotóxicos devidamente registrados para uso em reflorestamentos, amparados por receituários agrônômicos, que juntamente com as notas de compra e envio das embalagens vazias, deverão ficar arquivadas no empreendimento.	Vigência da Licença
05	Os resíduos sólidos domésticos não recicláveis deverão ser dispostos de forma adequada, nos termos de um aterro controlado.	Vigência da Licença
06	Seguir todas as medidas mitigadoras e compensatórias previstas nos Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental apresentados pela empresa.	Vigência da Licença
07	Realizar o cercamento da área de Reserva Florestal Legal, mantendo a mesma devidamente aceirada e protegida da ocorrência de incêndios florestais e animais domésticos.	180 dias
08	Colocar placas indicativas espalhadas na área do empreendimento informando a área de Reserva Legal e a proibição das atividades de caça, indicando a legislação aplicável e as penalidades previstas aos infratores.	180 dias
09	Implantar sistema de coleta seletiva	120 dias
10	Apresentar ao Núcleo de Compensação Ambiental – NCA do Instituto Estadual de Florestas – IEF proposta de compensação ambiental a que se refere a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, regulamentada pela Deliberação Normativa COPAM nº 94, de 12 de abril de 2006. Comprovar junto à SUPRAM Norte de Minas o protocolo da proposta junto ao IEF.	90 dias
11	Apresentar relatório de comprovação da execução das medidas/condicionantes, acompanhado de relatório fotográfico.	180 dias

Responsável pelo Setor Técnico: Cláudia Beatriz Oliveira Araújo	Assinatura / Carimbo:
Núcleo Jurídico Regional: Yuri Oliveira Trovão	Assinatura / Carimbo:

Assinatura



Analista Ambiental Jurídico:
Letícia Horta Vilas Boas

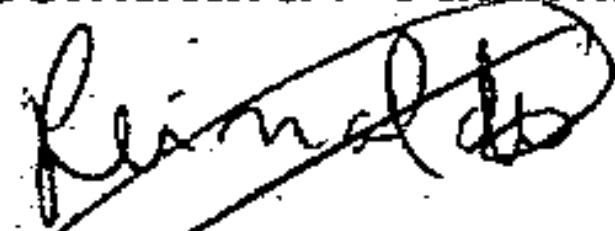
Assinatura / Carimbo:

Gestor do processo:
José Aparecido Alves Barbosa

Assinatura / Carimbo:

Téc 01:
Reinaldo Miranda Fonseca

Assinatura / Carimbo:



Reinaldo Miranda Fonseca
Analista Ambiental
Supram NM - Masp 615025 - 4

Téc 02:
Antônio Carlos Coelho

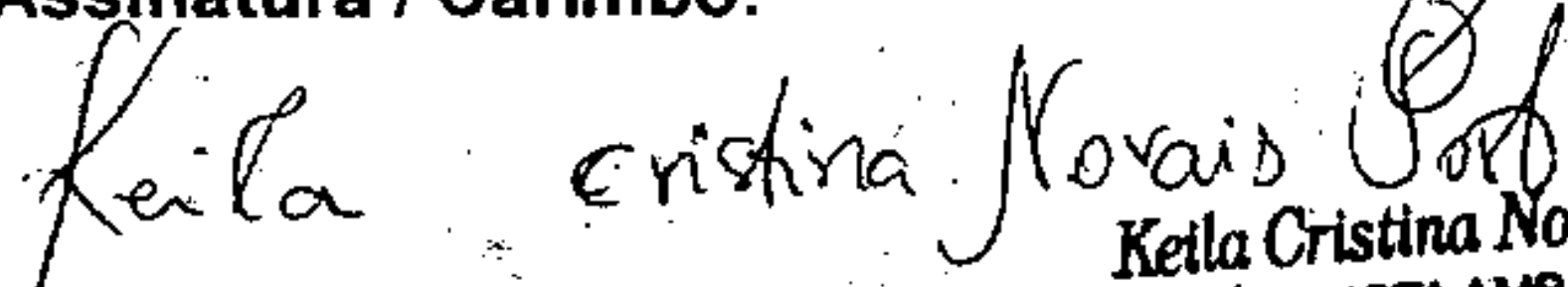
Assinatura / Carimbo:



Antônio Carlos Coelho
ANALISTA AMBIENTAL
SUPRAM - NM

Téc 03:
Keila Cristina Novais Porto

Assinatura / Carimbo:



Keila Cristina Novais Porto
ANALISTA AMBIENTAL
SUPRAM - NM

Montes Claros, 02 de Outubro de 2009